

CAPÍTULO 2

Perspectivas descritivas

Mobilidades urbanas: trajetórias habitacionais, percursos ocupacionais, deslocamentos cotidianos nos circuitos que articulam trabalho, moradia e serviços urbanos. Três dimensões entrelaçadas nas trajetórias individuais e familiares. Na definição precisa de Grafmayer (2005), na ótica dos atores, essas formas de mobilidade são não apenas interdependentes, mas sobretudo diversas facetas de um processo único de reorganização das condições de existência. Seus eventos precisam, portanto, ser situados nos tempos e espaços em que as histórias se desenrolam. É por essa via que se deixam ver como pontos de condensação de tramas sociais que articulam histórias singulares e destinações coletivas. Tempos biográficos organizam trajetórias que individualizam histórias de vida, e estão inscritos em práticas situadas em espaços e nos circuitos urbanos que as colocam em fase com tempos sociais e temporalidades urbanas.

Seguir as mobilidades urbanas não é, portanto, a mesma coisa que fazer a cartografia física dos deslocamentos demográficos. Não é tão simplesmente fazer o traçado linear de seus percursos (pontos de partida, pontos de chegada). Tempos biográficos e tempos sociais se articulam na *linha de sucessão* (das genealogias familiares e suas trajetórias), mas também supõem uma *especialização* demarcada pelas *temporalidades urbanas* corporificadas nos espaços e territórios da cidade.¹ Espaço e tempo estão imbricados em cada *evento de mobilidade*,² de tal modo que, mais importante do que identificar os pontos de partida e os pontos de chegada, são esses eventos que precisam ser interrogados: pontos críticos, pontos de inflexão, de mudança e também de entrecruzamento com outras histórias – “zonas de turbulência” em torno das quais ou pelas quais são redefinidas (deslocamentos, bifurcações) práticas sociais, agenciamentos cotidianos, destinações coletivas. E são esses eventos que nos dão a cifra para apreender os campos de força operantes no mundo urbano, a trama das relações, de práticas, conflitos e tensões, enfim, a pulsação da vida urbana – a redistribuição de possibilidades, bloqueios, aberturas ou impasses que atravessam e individualizam cada história de vida, mas que também a situam em um plano de atualidade.

¹ Como sugere Roncayolo (1997), os tempos e cronologia não sincronizados mas contemporâneos no presente histórico da cidade: o tempo dos assentamentos, das políticas urbanas, das evoluções da economia, da implantação das redes e serviços urbanos, dos operadores políticos, dos urbanistas, etc. Ver também: Lepetit, (1993, 2001).

² Para uma discussão sobre as relações entre tempo e espaço imbricados nos “fatos de mobilidade”, ver Tarrus (2000, 2003).

Poderíamos, então, dizer que as mobilidades urbanas são demarcadas e compassadas por eventos atravessados por *três linhas de intensidade*. A *linha vertical das cronologias*, em que os tempos biográficos se sucedem em compasso com o tempo social-histórico. No âmbito interno das famílias, a sucessão das gerações com suas linhas de continuidade e rupturas, heranças familiares transmitidas, redefinidas ou reinterpretadas conforme mudanças nos agenciamentos cotidianos e nas hierarquias internas. A *linha horizontal das espacialidades*, em que os tempos se efetuam: as práticas urbanas deixam suas marcas no espaço e estas se objetivam, ganham forma e constroem referências que permitem entrecruzamentos com outras histórias, outros percursos, outros eventos que pontilham a história urbana – não a linha das filiações familiares, mas a das comunicações transversais que fazem conexões com outros pontos de referência do social (e da cidade). Atravessando tudo isso em uma *linha perpendicular*, os eventos políticos que ganham forma e também operam como referências práticas que compõem os territórios urbanos: a cronologia dos investimentos públicos, os descaminhos da moradia popular, os conflitos sociais e suas derivações, práticas de tutela e clientelismo, que vêm de muito tempo e persistem entrelaçadas com as mediações democráticas de representação política, formas de ação coletiva e de solidariedade, que se alimentam de fontes diversas e também vêm de tempos diferentes, aberturas e retrocessos políticos que se sucedem aos calendários eleitorais. Eventos e situações que podem ser tomados como vetores que conectam espaços e territórios com os tempos políticos da cidade.

De partida, é preciso dizer que se está aqui se colocando à distância das imagens (e descrições) correntes de uma cidade fragmentada, recortada por enclaves de riqueza, nichos de miséria e territórios de pobreza. Os percursos traçados por indivíduos e famílias nos orientam através de diversas fronteiras, nos indicam as modulações da vida urbana e suas inflexões, suas fissuras, tensões, bloqueios, possibilidades. Se existem fraturas, não derivam de uma categorização prévia, mas procedem da prospecção desses percursos, das relações que se entrecruzam e se superpõem nas histórias individuais e os modos como estas vão se conjugando nos tempos e espaços em que transcorrem. Nas palavras de Jacques Revel (1998: 22), seguir o traçado das trajetórias urbanas de indivíduos e famílias significa seguir “a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais (um destino particular) se inscreve”. É uma abordagem do social que responde a um “programa de análise das condições da experiência social restituídas na sua máxima complexidade”. Enriquecer o real, diz ainda Revel, um modo de descrever o mundo urbano.

Ao seguir os percursos de indivíduos e famílias, são traçadas as conexões que articulam diversos campos de práticas e fazem a conjugação com outros pontos de referência que conformam o social. Os percursos e seus circuitos fazem, portanto, o traçado de *territórios*, e são esses territórios que interessa reconstituir. É preciso que se diga que estamos aqui trabalhando com uma noção de território que se distancia das noções mais correntes associadas às comunidades de referência.



É com um outro plano de referência que estamos aqui trabalhando. Nos eventos biográficos de indivíduos e suas famílias, há sempre o registro de práticas e redes sociais mobilizadas nos agenciamentos cotidianos da vida, que passam pela relações de proximidade, mas não se reduzem ao seu perímetro. Feitos de práticas e conexões que articulam espaços diversos e dimensões variadas da cidade, os territórios não têm fronteiras fixas e desenham diagramas muito diferenciados de relações conforme as regiões da cidade e os tempos sociais cifrados em seus espaços. São esses circuitos que as trajetórias urbanas permitem apreender e que interessa compreender: a natureza de suas vinculações, mediações e mediadores, agenciamentos da vida cotidiana que operam como condensação de práticas e relações diversas.

É aí, nessas dobraduras da vida social, que toda a complicação urbana dos tempos que correm pode ser flagrada; é aí que acontecem as exclusões, as fraturas, os bloqueios, e também as capturas na hoje extensa e multicentrada malha de ilegalismos que perpassam a cidade inteira e que operam, também elas, como outras tantas formas de junção e conjugação da trama social. Pontos de junção e conjugação da vida social que operam como campos de gravitação de práticas diversas: seus agenciamentos concretos, sempre situados, sempre territorializados, são atravessados pelas linhas de força das tensões e conflitos, dos acertos e desacertos da vida, das possibilidades e bloqueios, e também dos limiares de outros possíveis.

É um plano de referência que permite colocar a cidade em perspectiva. No plano dos tempos biográficos, é toda a pulsação da vida urbana que está cifrada nos espaços e circuitos por onde as histórias transcorrem. Na contraposição entre histórias e percursos diversos, são as modulações da cidade (e história urbana) que vão se perfilando nas suas diferentes configurações de tempo e espaço. E isso implica duas ordens de questões:

Primeiro, uma estratégia descritiva: lançar mão da noção de território supõe operar com a categoria de espaço. Como se sabe, a categoria de espaço lida com a *simultaneidade* e permite apreender as coisas no plano da *contemporaneidade* que constitui sua espacialização (Benoiist e Merlin, 2001). Daí a exigência descritiva, diferente do princípio narrativo do tempo: contar uma história, descrever um espaço. Um trabalho descritivo que escapa seja da abstração desencarnada dos números e indicadores, seja da referência exclusiva (e problemática) ao local, espaços ou micro-espaços das “comunidades”. Não se trata de negar a história, muito menos a narrativa daqueles que contam seus percursos e elaboram suas experiências. Trata-se, isso sim, de traçar a *simultaneidade de tempos sociais e de tempos biográficos distintos*. Simultaneidades que permitem traçar a contemporaneidade entre, de um lado, os que falam, com um tom épico e também nostálgico, dos tempos do emprego farto e dos seus percursos na cidade das promessas dos anos 60/70 e, de outro, as gerações mais novas cujas experiências já não podem ser conjugadas no tempo do progresso e das promessas, ou são conjugadas em um outro jogo de referências tecido entre a dureza do desemprego e do trabalho



incerto, a atração encantatória do moderno mercado de consumo, mas também os novos circuitos de sociabilidade tramados na interface das mudanças operantes no mundo do trabalho e na cidade, e seus espaços. Simultaneidades de tempos e espaços diferenciados: tempos biográficos e tempo social sedimentados no que hoje é chamado de periferia consolidada com sua serrada trama de relações sociais, e as regiões mais distantes em que a urbanização ainda se faz em ato, conjugada no tempo presente entre as inseguranças e percalços das ocupações de terra, da precariedade urbana e conflitos sociais pautados por uma truculência cuja desmedida termina por atualizar os tempos de longa duração de nossa história.

É no confronto entre as diversas situações que, tal como num prisma, a cidade vai se perfilando nos seus focos de tensão, nos seus campos problemáticos. A questão vai surgindo no entremeio, no momento em que o caleidoscópio gira e faz ver toda a complicação do mundo urbano. Não a “questão urbana”, pois isso suporia uma definição prévia e modelar. Mas as diferentes modulações do mundo urbano em cada uma dessas configurações. Toda a complicação atual pode ser apreendida aí. Mas é nisso também que a noção de território pode se mostrar operante. Se é preciso a crítica, é no jogo das comparações que ela vai sendo tecida, ou melhor: *é nesse jogo de simultaneidades que os parâmetros da crítica podem ser construídos*, evitando, na falta de outro ancoramento, o risco sempre presente de fazer dos “tempos fordistas” um modelo normativo a partir do qual tudo o que vem depois só pode aparecer no registro do vazio (“não tem mais”, “não é mais assim”), quando não temperado pelo lamento nostálgico do que poderia ter sido, mas não foi. Porém, o vazio não tem potência. A complicação está nas positivities tecidas nas realidades urbanas atuais que traçam as linhas da atualidade.

O que importa é puxar essas linhas (ao menos algumas, ou o que o fôlego da investigação permitir) e, a partir daí, tentar apreender o plano de atualidade que atravessa as histórias e situações as mais contrastadas. A cidade não dissocia, diz Lepetit (2001); ao contrário, faz convergir ao mesmo tempo práticas, hábitos, comportamentos e histórias vindas de outros momentos e de espaços diversos. Vale a citação completa:

[A cidade] não dissocia: ao contrário, faz convergirem, num mesmo momento, os fragmentos de espaços e hábitos vindos de diversos momentos do passado. Ela cruza a mudança mais difusa e mais contínua dos comportamentos citadinos com os ritmos mais sincopados da evolução das formas produtivas [...] Não se trata de colocar lado a lado as formas e os comportamentos, mas de considerar os atores e as modalidades de apropriação. Assim, a questão das temporalidades urbanas é colocada de outro modo. A cidade nunca é absolutamente sincrônica: o tecido urbano, o comportamento dos citadinos, as políticas de planificação urbanística, econômica ou social desenvolvem-se segundo cronologias diferentes. Mas ao mesmo tempo, a cidade está inteiramente no presente. Ou melhor: ela é inteiramente presentificada por atores sociais nos quais se apoia toda a carga temporal. (Lepetit, 2001:141 e 143)

Segundo, um espaço conceitual: um modo de pensar a cidade (e seus problemas) a partir de referências outras em relação ao que ficou consagrado por uma certa linhagem da sociologia urbana e pela qual a cidade é vista sob o prisma exclusivo da habitação e seu entorno imediato ou comunitário, ou dos problemas locais a serem geridos de forma eficiente por programas localizados, focalizados. A cidade é feita de cruzamentos e passagens, e é isso que introduz a questão da circulação, da mobilidade e da acessibilidade como prisma para a problematização da cidade e suas questões. Como diz Isaac Joseph (1998: 92-93), pensar a cidade como domínio da circulação e do acessível (e seus bloqueios) é, de partida, “dizer que ela é tudo, menos o lugar de formação de uma comunidade”. Aprender os bairros, notadamente os bairros desfavorecidos “a partir da cidade, é pensá-los no plural justamente porque situados (territórios, redes, comunicações) em um plano de consistência que lhes autoriza a permanecer urbanos”.³

A cidade é feita de cruzamentos: não se trata de imaginários difusos, é questão posta na materialidade de seus artefatos e redes que articulam espaços e territórios, e que os conectam (mas também separam e bloqueiam) com os centros urbanos e as várias centralidades em torno das quais gravita a vida urbana, definindo vetores de práticas e deslocamentos cotidianos. Não existe cidade sem centros e subcentros, diz Flávio Villaça (2001), e sem eles a cidade se volatilizaria como o gás que sai de uma garrafa: teríamos vilarejos ou comunidades, não uma cidade. Mas é também por isso que, como diz Roncayolo (1997: 241), não haveria sistema urbano “se não houvesse uma infra-estrutura de redes técnicas para suportar as trocas de produtos, de pessoas, de informações, de signos – tudo o que constitui o metabolismo urbano”. Habitação, serviços urbanos e transportes não compõem tão simplesmente os “contextos gerais” que servem para enquadrar práticas sociais e o jogo dos atores. Terreno clássico das lutas urbanas, estas políticas condicionam os circuitos de práticas cotidianas, delimitando tempos, espaços e ritmos das mobilidades urbanas e as formas de acesso ou bloqueios à cidade e seus espaços.

É sob essa perspectiva que a questão da segregação urbana pode ser situada. Nas mobilidades urbanas, nos seus percursos e deslocamentos, temos uma chave

³ Para Joseph (1998: 92-93), em diálogo com o debate francês e sob uma perspectiva fortemente polêmica, “pensar o espaço das cidades como ordem de circulação e como organização da separação, significa forçosamente submeter à crítica aguda todo um vetor da filosofia do habitar ancorada na experiência da proximidade e do mundo à mão. Ora, esta experiência está no coração dos pensamentos da identidade e das práticas gestonárias que procuram corrigir um déficit de urbanidade pela imposição de identificações imaginárias. [...] Concepção securitária de um lugar, mas sobretudo uma concepção redutora e localista da proximidade como sendo o lugar ou o representante representativo do *chez-soi*”. O alvo da crítica de Joseph são as armadilhas de uma suposta nova cidadania pensada em termos locais. Contra isso, o autor propõe pensar a cultura urbana da circulação e coloca no seu centro a questão da acessibilidade: não se trata, diz o autor, de fazer a apologia da mobilidade e muito menos do nomadismo. A acessibilidade diz respeito a espaços, objetos e serviços.

para apreender as dinâmicas urbanas que (re)definem as condições de acesso à cidade e seus espaços. Seguindo as questões propostas por Flavio Villaça (2001), mobilidades urbanas, deslocamentos espaciais e acessibilidade são fenômenos sociais entrelaçados. Sob esta perspectiva, a noção de segregação urbana define-se em um plano conceitual a ser considerado. Não é a mesma coisa que distribuição da pobreza no espaço, não é um problema afeito apenas ao problema dos “pobres e desvalidos” da cidade e não é questão que se reduz às medidas dirigidas aos pontos (e micropontos) da vulnerabilidade social. Como diz o autor, a noção de segregação diz respeito a uma relação – relação entre localidades e a cidade. Não é uma relação física dada pelas escalas de distância e proximidade, tal como se poderia medir no mapa da cidade. É uma relação social que diz respeito à dinâmica da cidade, aos *modos como a riqueza é distribuída* (e disputada) e corporificada nas suas materialidades, formas e artefatos (Harvey), definindo as condições desiguais de *acesso a seus espaços, bens e serviços*. A questão da acessibilidade, portanto, é fundamental. Como diz Bernard Lepetit (2001: 76), citando Lucien Febvre, o historiador, “na cidade como na natureza, o único problema é o da utilização de suas possibilidades”.

A cidade em perspectiva: seguindo os fluxos das mobilidades urbanas

Deslocamentos: a produção do espaço

Pelo prisma das mobilidades urbanas e seus territórios, a história passada não se volatiliza nas brumas do tempo a serem recuperadas apenas pelo trabalho da memória (ou pelo balanço bibliográfico). Ela está corporificada e incorporada nos espaços e seus artefatos – traços materiais da vida social que são também vetores e referências de práticas e relações sociais atuais (cf. Grafmayer, 1995, Joseph, 1998).⁴ O “ciclo de integração urbana” que seguiu entre os anos 70 e até meados dos 80 ganhou forma e materialidade no que a literatura define como “periferia consolidada”. Vistas de hoje, com suas ruas pavimentadas, razoável cobertura de serviços e equipamentos urbanos, mal deixam imaginar o “fim de mundo” que eram no início dos anos 70 – “aqui era só mato” é a expressão cor-

⁴ Para David Harvey (1996: 51), mobilizando um outro arsenal teórico e por referência a outras questões, “o conjunto dos processos que se dão no espaço, que eu chamo de urbanização, produz inúmeros artefatos – uma forma construída, espaços produzidos e sistemas de recursos de qualidades específicas, organizados em uma configuração espacial distinta. A ação social subsequente tem que levar em conta tais artefatos na medida em que muitos dos processos sociais (tais como os deslocamentos casa-trabalho) se tornam fisicamente interligados”.

rente dos moradores quando narram seus percursos, epopeias urbanas contadas e lembradas como evidências de uma vida que, mal ou bem, foi construída, e assim narrada, sob o signo do “progresso”. Progresso: seta do tempo na qual os acontecimentos – eventos biográficos, eventos familiares, eventos urbanos – estão (ou parecem estar) em sincronia com o tempo social da urbanização. Para os que chegaram à segunda metade dos anos 80, a cidade já estava muito distante das promessas da “cidade do progresso” dos anos 70, os percursos urbanos já serão outros, a experiência social não irá mais refazer essa peculiar articulação entre trabalho, moradia e cidade que marcou os “cinquenta anos de urbanização” descritos por Vilmar Faria (1992). Entre as circunstâncias de uma crise econômica prolongada e uma reestruturação produtiva já em curso, de um lado e, de outro, as impossibilidades de refazer o périplo da autoconstrução da moradia nas periferias da cidade, muito provavelmente serão essas populações que irão alimentar o crescimento das favelas e das ocupações de terra nos anos 90. Ainda será preciso conhecer melhor os percursos e trajetos dessas populações. Podemos dizer que, muito provavelmente, aí se tem a convergência dos caminhos cruzados dessas figuras conhecidas na paisagem urbana, os trabalhadores pobres – as classes inacabadas, para usar a expressão de Francisco de Oliveira (1981), que vão se virando nas franjas do formal e informal, entre a sucessão de trabalhos incertos e desemprego recorrente. E que têm percursos urbanos também marcados pela sucessão de habitações precárias, despejos de casas alugadas, moradias improvisadas, acolhimento esporádico de familiares, passando por uma sucessão de ocupações temporárias até chegar a estabelecer “casa e família” nos interstícios do mundo urbano, ou nas fronteiras da periferia da cidade. A esses se agregam os que não chegaram a concretizar as promessas dos tempos do progresso, que não realizaram o “sonho da casa própria” e que, na mudança dos ventos, sobrantes do mercado de trabalho, vão perfazer as trajetórias de exclusão, para usar os termos de Grafmayer. São esses diferentes percursos urbanos e diferentes configurações da experiência urbana que escapam aos indicadores sociais que medem e identificam os pontos críticos de vulnerabilidade social no espaço da cidade.

Duas gerações, dois ciclos urbanos: os tempos biográficos estão, portanto, em compasso com o tempo histórico e as temporalidades inscritas nos espaços e territórios traçados por esses percursos. Essa é uma primeira diferenciação a ser feita, que nos oferece referências importantes para entender a pulsação das tramas sociais inscritas nas diversas situações sociais.

Por outro lado, e esse é o ponto a ser aqui enfatizado, essas histórias são também contemporâneas entre si. Entrecruzam-se na dinâmica da produção dos espaços e territórios: os campos de conflito que acompanham os deslocamentos espaciais; as temporalidades urbanas inscritas nos equipamentos coletivos; as tramas associativas que articulam dinâmicos locais com os tempos políticos da cidade.

Conflitos e disputas no e pelo espaço

Esses mesmos territórios que receberam as primeiras gerações em sua epopeia de progresso na “cidade grande” são pontilhados por ocupações que se sucederam em ritmos e intensidades diferentes, daí resultando um verdadeiro mosaico de situações, histórias e trajetórias que se corporificam em uma paisagem em que mal se distinguem as fronteiras entre bairros consolidados, áreas de ocupação ou ainda o favelamento que vai se espalhando por todos os lados.

Não se trata tão simplesmente de deslocamentos espaciais. A produção dos espaços passa por um intrincado jogo de atores e campos multifacetados de conflitos e tensões. As ocupações podem surgir “da noite para o dia”, como dizem os moradores do entorno, um barraco aqui e outro ali, uma semana depois já um amontoado que vai crescendo ao sabor das direções que o vento imprime aos rumores – “ouvi dizer que estavam invadindo por lá, então eu fui ver e fiquei...”, criando clivagens tensas ou abertamente conflituosas em um mesmo território de referência. No mais das vezes, arma-se um acirrado campo de disputas pelos usos dos “espaços vazios”, terras públicas ou sem proprietário definido, envolvendo moradores, poderes públicos e os “invasores”, e por vezes os chefes locais do narcotráfico que dominam o “ponto”. São disputas que podem se dar nas formas abertas da negociação, que podem ser resolvidas pela violência e força bruta, ou seguir acordos tecidos nas zonas de sombra do jogo dos interesses inconfessáveis, para não dizer ilícitos. Mas há também a presença ativa dos movimentos de moradia que se alimentam das heranças das grandes mobilizações dos anos 80, que mobilizam os “recém-chegados, mal alojados” e promovem ocupações em outras paragens da cidade. Atravessando tudo isso, os pontos de cristalização e reatualização dos vários ilegalismos que atravessam a cidade e que são acionados na produção dos espaços urbanos, passando por associações de atuação duvidosa, máfias locais, grileiros, as malhas da corrupção e do “comércio ilícito”, além de uma nova figura que, ao que parece, vem ganhando espaço nos últimos tempos como mediador entre as vários ilegalismos e que vai se especializando na arte de intermediação de compra e venda de terrenos irregulares – uma espécie de grilagem consentida e superposta a várias camadas geológicas de posse ilegal de terras.⁵ Pouco entenderemos da “cidade ilegal” que sempre existiu na cidade de São Paulo (e todas as outras grandes cidades brasileiras, é bom que se diga), que cresceu e continuou crescendo nos últimos anos, se não levarmos em conta esse intrincado e tenso jogo de atores que produzem essa mesma ilegalidade. Não se

⁵ A situação identificada por Luciana Correa Lago (1994: 214) no Rio de Janeiro parece que está também se reproduzindo em São Paulo: “[...] já há indícios de que começam a se difundir, nos anos 90, novas formas de aquisição de lotes pelas camadas de baixa renda, em que o loteador passa a ter o papel de gerenciador do processo de ocupação ilegal de uma gleba a ser apropriada por um grupo de pessoas. Há um acordo entre o loteador e os futuros moradores quanto à não-titulação da propriedade e não-cumprimento das exigências urbanísticas”.

trata de uma fronteira para além do Estado, de suas leis e regulações públicas. Legal e ilegal, formal e informal, lícito e ilícito aí estão imbricados nas práticas, nas tramas sociais, nas disputas ou alianças entre atores diversos, tudo isso condensado e encenado nos agenciamentos que presidem essas disputas cotidianas (e por vezes ferozes) pelo/no espaço.

Temporalidades urbanas

As temporalidades urbanas estão inscritas nos serviços e equipamentos urbanos que demarcam espaços e territórios, pautam ritmos cotidianos, circunscrevem circuitos das práticas urbanas e estabelecem as conexões (e seus bloqueios) com os espaços da cidade. De partida, a temporalidade própria dos investimentos públicos que recortam territórios, redistribuem os usos de seus espaços, alteram o mercado de terras e também abrem as sendas de novas ocupações (e disputas pelo/no espaço) que vão se instalando nos interstícios dessas zonas em mutação.

Seguindo as circunstâncias e tempos acelerados do capital globalizado, os grandes equipamentos de consumo também chegaram lá, redefinindo os circuitos de que são feitos esses territórios e suas referências. São polos de gravitação das práticas cotidianas. Redefinições dos espaços e circuitos das práticas urbanas: “antes eu tomava dois ônibus e levava uma hora para encontrar uma lata de leite em pó para as crianças”, lembra uma senhora de 60 anos ao descrever as evoluções urbanas recentes no bairro onde mora. Referências de sociabilidade: práticas que articulam as redes sociais da vizinhança e parentela com os modernos circuitos do consumo e lazer; grupos de jovens e garotos que se encontram nos *shopping centers*, cada qual organizando seus tempos (e parcos orçamentos) contando com o “programa de fim semana”. Por certo, práticas de consumo e lazer estabelecem relações entre o “universo da pobreza” e os circuitos do mercado. No entanto, as coisas são mais complicadas e estão longe de validar qualquer celebração fácil das supostas virtudes da moderna sociedade de consumo. Pois esses equipamentos de consumo são fluxos socioeconômicos poderosos que redesenham os espaços urbanos, redefinem as dinâmicas locais, redistribuem bloqueios e possibilidades, criam novas clivagens e afetam a própria economia doméstica interna às famílias e suas redes sociais. A chegada dos grandes equipamentos de consumo desestabiliza ou pode desestabilizar as circunstâncias da economia local: o pobre proprietário do tradicional bar, bazar ou negócio montado na garagem de sua casa, que vê sua clientela encolher – é sempre possível encontrar produtos mais baratos nos grandes supermercados, também mais diversificados, além dos “signos de distinção” que acompanham os cartões de crédito que esses estabelecimentos tratam de popularizar. Centros de consumo, é também por lá que se encontram os novos e excludentes empregos, no mais das vezes intermediados por agências de trabalho temporário, empresas terceirizadas e mais uma nebulosa de práticas fraudulentas que mal escondem a conhecida (e proibida) *merchandagem* de mão-

de-obra,⁶ e que vão mobilizando, entre os circuitos urbanos locais, os operadores de caixas registradoras, balconistas, porteiros, faxineiras, empregados para serviços variados, e também os seguros privados. E os cartões de crédito também chegaram lá e, com eles, práticas de endividamento que redefinem a economia doméstica, tomando o lugar ou deslocando o tradicional “fiado” que preenchia as páginas das “cadernetas de compra” do também tradicional (e também em extinção) dono de bazar e mercearia “ali-do-lado” ou, então, as regras da prestação e contraprestação do jogo das reciprocidades que sempre fizeram parte da “lógica da viração” tão própria do mundo popular. Mas, então, é o caso também de se perguntar pelas complicações que aí vão se configurando, pontos de tensão entre as novas lógicas (e obrigações) mercantis e as circunstâncias do desemprego prolongado, do trabalho precário ou, simplesmente, do não-trabalho.

O tempo político da cidade

Os espaços e territórios são também produzidos nos muito diferenciados diagramas de relações e vinculações que atravessam as tramas associativas locais: associações locais (e as assim chamadas entidades sociais) vêm se proliferando desde o início dos anos 90, com suas parcerias e convênios com organismos públicos, conforme ganhou forma e realidade a municipalização das políticas sociais em um contexto de aumento da pobreza e do desemprego prolongado: programas de distribuição de leite e de cesta básica, ou alocações de formatos variados de renda mínima, compõem hoje o elenco dos dispositivos que as famílias acionam para lidar com as urgências da vida, ao mesmo tempo em que são ativadas formas novas e velhas de clientelismo e tutela ou, então, de formas nem sempre muito perceptíveis, as linhas tortas ou subterrâneas pelas quais se dá a disputa por recursos e poder nos agenciamentos locais. É mais do que frequente encontrar famílias cuja sobrevivência passa em grande medida pelos programas sociais, variados e múltiplos ao mesmo tempo, mobilizando homens e mulheres, adultos e crianças, conforme uns e outros se ajustam (ou não) aos critérios de credenciamento que os qualificam como “público-alvo”. Muito concretamente, as alocações de recursos já fazem parte da “viração popular” e, nas suas trajetórias e percursos (que é o nosso assunto, afinal de contas), fatos e circunstâncias (“eventos de mobilidade”,

⁶ Foi recorrente em nossas entrevistas na região sul da cidade a referência a uma cooperativa que reúne cerca de 2 a 3 mil (!?) “cooperativados” e que presta os mais diversos serviços, da faxina à segurança privada, nos supermercados da região, lojas de departamento, *shopping centers*, e também nas casas noturnas e nos bingos que vêm se multiplicando nas grandes avenidas que recortam a região. Não foi possível conferir a informação e saber do que se trata, mas os nossos entrevistados são unânimes na descrição: ganhos baixos e incertos, ausência de direitos e garantias, empregos que surgem e desaparecem conforme a aleatoriedade das demandas e a duração do “contrato”. Claramente, nenhum foi capaz de explicar como são geridos os “contratos de serviços”, e muito menos o volume e destinação dos recursos, a não ser a constatação óbvia de que não são distribuídos entre os “cooperativados”.

para usar a linguagem técnica), também contam com essas mediações. Também muito concretamente, poderíamos fazer o traçado dessa muito peculiar “metamorfose da questão social”, de cidadãos reivindicantes a públicos-alvo, enredando-se a partir daí em uma outra teia de relações, em que não faltam desconcertos com critérios que ninguém entende muito bem (aliás, nem mesmo os gestores locais desses programas), que mudam conforme os ares dos tempos e o gestor de plantão ou, então, que simplesmente deixam de existir porque os recursos não existem mais, porque a “entidade social” não renovou o convênio/parceria, porque mudou o prefeito e suas prioridades, ou simplesmente porque o centro de interesse e disputa dos operadores políticos foi deslocado para outras paragens. Às vezes, para escapar dessas oscilações no jogo mutante de relações de força, nada mais seguro do que seguir o mais do que sólido caminho das lealdades políticas do velho e persistente clientelismo ou então (ou junto com) a solidariedade ativa do chefe local do narcotráfico que trata de mobilizar comerciantes, perueiros, amigos e aliados para garantir recursos para as cestas básicas distribuídas por lideranças comunitárias, em autêntica e verdadeira interação com a “economia solidária” que deita raízes nas práticas da autoajuda e solidariedade intrapares, tão presentes no mundo popular. Tudo isso, como se vê, em fina sintonia com os tempos.

É certo que há também a face moderna e mais globalizada disso tudo. Sobre tudo a partir da segunda metade da década de 90, em um cenário já marcado pelo encolhimento de recursos públicos e aumento da pobreza, e também da violência, as atividades comunitárias e associações de moradores se transformam em operadores das formas “modernas” de gestão social – gestão da pobreza. Entramos na “era dos projetos” e das parcerias; é a linguagem do Terceiro Setor alterando a anterior gramática política dos movimentos sociais⁷ e redefinindo a paisagem local, conforme a maior ou menor presença de ONGs com seus projetos, parcerias e vinculações em redes de extensão variada. Na prática, o “velho” e o “novo” se confundem, as fronteiras não são lá muito claras, até porque tudo acontece por vezes nos mesmos espaços e territórios, e os personagens – também não poucas vezes – passam e transitam entre um e outro.⁸ É verdade que os progra-

⁷ Uma líder local, antiga e aguerridíssima militante dos movimentos de moradia, que esteve na frente das também aguerridíssimas reivindicações do pedaço onde mora, e que hoje está no comando de uma Associação de Moradores, formada justamente nos agitados anos da década de 1980, assim fala das atuais dificuldades para obter recursos e apoio público para implementar programas sociais no bairro: “passamos a buscar parcerias porque nós somos uma Sociedade de Amigos de Bairro, e isso não significa nada, embora seja de grande valor, mas o pessoal lá fora não enxerga... Eles querem saber de organizações que tenham técnicos, que produzam projetos. Nós não sabemos fazer isso, mas a gente ia buscar quem sabe e que tinha projeto [...] Temos que ter um corpo técnico, um assistente social, uma psicóloga, um gestor de projetos e é caro um profissional desses. Dentro da comunidade não tem. A gente sente muita falta. Se tivesse, seria muito maior e faria muito mais [...]”.

⁸ A mesma líder da nota anterior, agora empenhada em transformar sua associação comunitária em uma organização de formato moderno, quem sabe uma ONG, também se

mas implementados são muito variados, mais modernos e mais empreendedores, “emancipatórios”, dizem seus operadores; também eles afetam e interagem com as dinâmicas familiares e seus expedientes de vida, mas contam com a mesma aleatoriedade, com a diferença de que os ventos que sopram aí vêm de outros lugares, das agências financiadoras, dos formuladores de programas, de seus avaliadores, etc., etc., etc.

* * *

Produção do espaço urbano: deslocamentos espaciais e disputas pelo espaço; tramas sociais e mediações institucionais; temporalidades urbanas e os tempos políticos da cidade. Poderíamos seguir um longo inventário de microcenas desses territórios atravessados por lógicas e circuitos que transbordam por todos os lados as fronteiras do “universo da pobreza”. Ao contrário do que muitas vezes sugere a literatura que trata do “mundo da pobreza” e, ainda mais, no contrapelo das figurações de uma pobreza encapsulada no universo de suas privações e que são construídas pelas atuais políticas ditas de combate à exclusão, esses territórios são atravessados por lógicas distintas. Lógicas do mercado, certamente. Mas também a presença de atores políticos e institucionais situados em circuitos de práticas que, também elas, transbordam e fazem transbordar o perímetro estreito do “mundo da pobreza”, mesmo quando essas práticas se efetivam nos agenciamentos locais de gestão da pobreza e das urgências da vida.

Para retomar os termos dos debates correntes sobre os novos padrões de segregação urbana, se é certo que o modelo centro-periferia não é mais vigente, mais do que os indicadores que medem as distribuições sociodemográficas no espaço, são esses múltiplos polos de gravitação das práticas cotidianas que sinalizam realidades em mutação. É aqui que talvez se esclareça a importância de perseguir as práticas e circuitos das mobilidades e trajetórias urbanas. São elas que nos dão as pistas desses pontos de condensação e de polos de gravitação que definem a pulsação dessas dinâmicas urbanas. Situadas em seus contextos de referência e nos territórios traçados pelos percursos individuais e coletivos, essas trajetórias operam como prismas pelos quais o mundo urbano vai ganhando forma em suas diferentes modulações. São essas variações que fazem ver as “zonas de turbulência”, pontos críticos em torno dos quais se dão deslocamentos e inflexões nas histórias individuais e familiares. E também fazem ver os mundos possíveis

empenha para credenciar sua “entidade” perante os órgãos públicos para a distribuição de leite e cestas básicas; também ela aciona os apoios e favorecimentos do novo e velho clientelismo político, e em torno desse mesmo personagem não faltam histórias, rumores, é verdade, sobre práticas pouco visíveis e não dizíveis quanto aos meios e usos dos recursos que mobiliza para colocar em prática seus programas.

e de possíveis construídos nas diferentes configurações sociais tecidas por esses percursos, com suas tensões internas e as linhas de força de suas aberturas, bloqueios, impasses.

Percursos: trabalho e as tramas da cidade

Bifurcações nas destinações de uns e outros: traçados que precisam ser seguidos para colocar em perspectiva reconfigurações de mundos sociais. E por aí apreender o drama do desemprego ou do trabalho precário, para além da constatação monocórdia da “exclusão social”, mas tal como esses dramas se configuram em mundos sociais e tramas de relações que escapam dos dados e indicadores que medem as transformações recentes no mercado de trabalho. Assim, por exemplo, a história de um ex-motorista de uma empresa pública de transporte (CMTC) privatizada no início dos anos 1990. Como tantos outros da geração dos que fizeram o périplo “a caminho da cidade” (anos 1970), instalou-se no que então era uma distante periferia carente de recursos urbanos. Com poucos dias em São Paulo, conseguiu emprego – “naquela época era fácil conseguir emprego, nem precisa procurar, era o emprego que procurava” é a frase comum repetida por muitos ao falar daqueles tempos de “emprego farto”. E logo depois já estava seguindo a carreira de motorista, com todas as garantias e proteções do “emprego fordista”: garantias de estabilidade, salário, convênio médico, direitos sociais. E foi assim que se lançou no empreendimento da construção da casa própria, realizou o “modelo do chefe provedor” e enfrentou “aqueles tempos difíceis”. Tudo seguia nos eixos até o momento em que veio a privatização e a demissão. A partir daí, segue-se uma sucessão de tentativas fracassadas de montar um negócio por conta própria. A aposta no comércio local não vingou. A história dessas tentativas e fracassos vai encenando o mundo social tramado pelos estreitos e frágeis circuitos do assim chamado mercado informal: a concorrência dos grandes empreendimentos comerciais que chegaram nesses anos, a pauperização da clientela, a fragilidade dos arranjos improvisados nas malhas das redes sociais locais entre parentes e conhecidos, equilíbrios frágeis rompidos por dívidas que não podem ser pagas, promessas não cumpridas, desacertos entre uns e outros. O ex-motorista entrou em desespero, sumiu de casa e foi encontrado semanas depois dormindo nos bancos da rua do centro da cidade, junto com mendigos e outros infelizes do destino. Voltou para casa e converteu-se a uma igreja evangélica. Quatro anos depois, já no final de 2001, encontramos esse trabalhador fordista que virou um conta-própria fracassado tentando a sorte em um dos programas municipais de “emprego e renda” que levava o sugestivo nome de “Começar de Novo”. Se antes o trabalho o articulava com o mundo urbano e suas regulações (direitos, o 13º salário com o qual conseguiu dar entrada na compra do terreno, o salário certo e o convênio médico que garantiram o tratamento de uma filha doente), agora, na virada dos tempos, sua história termina por se re-centrar nos circuitos locais de seu território – sem sucesso nas tentativas do trabalho por conta própria e

sucesso incerto (muitíssimo incerto) no programa da prefeitura. Seria mais uma história de uma vida que desaba no universo da pobreza (o trabalhador fordista que virou “público alvo” de programas de combate à exclusão), não fosse o jogo das circunstâncias, também elas construídas por uma trajetória que passou pelos fios dos engajamentos políticos e da militância local, e que levou o nosso ex-motorista a dar outras destinações à sua vida, agora pelos circuitos das redes sociais acionadas por partidos e operadores políticos vinculados aos agenciamentos dos poderes públicos. O ex-motorista fordista virou então um “assessor local”, aliás uma figura que começou a se fazer presente e cada vez mais frequente a partir da metade dos anos 1990.

Poderíamos dizer que é a história de um recentramento nos circuitos locais do território, agora pela via das mediações políticas. A partir daí, os percursos do ex-motorista, aliás como muitos outros, vão seguindo as tortuosas, quando não nebulosas, veredas que seguem o eixo verticalizado das máquinas políticas, passando por uma zona cinzenta na qual são pouco discerníveis as diferenças entre partidos e orientações, entre a ação social e clientelismo político – zona cinzenta em que “todos os gatos são pardos”. E que vai alimentando e se alimentando das microrrelações de favor, ao mesmo tempo em que a ação social de uns e de outros fica também sujeita (e vulnerável) às disputas de poder e influência que marcam a trama política local. As histórias são muitas. Importa notar a construção desse campo de forças que vai como que sorvendo energias e enroscando seus fluxos em diagramas de relações, capturas, poderíamos dizer, que dizem algo, ou muito, das recomposições sociais e reconfigurações do jogo de relações que fazem, também elas, os traçados de um território.

Entre uma passagem e outra: a tessitura social construída no entrecruzamento dos percursos sociais, as circunstâncias de vida e contextos de referências. *Em cada ponto de virada* (o mercado local, os programas sociais da prefeitura, partidos e poderes locais): campos de gravitação no qual convergem histórias diversas. E colocam em evidência – encenam – as forças e relações de forças operantes no mundo urbano e seus territórios: as mutações do trabalho e as redefinições excludentes dos mercados, certamente; mas também as regulações locais e as disputas em torno da gestão urbana que são também elas sinais dos tempos e sinalizam outros vetores de práticas e redefinições das dinâmicas locais.

Por certo haveria muito mais a dizer e descrever na história desse ex-motorista, a começar das recomposições internas à história da família, com suas hierarquias redefinidas, solidariedades familiares reativadas e os percursos traçados pelos filhos para fazer face a situações que afetaram a todos – recomposições sociais também operantes no mundo urbano.

Por ora, o que importa é chamar a atenção para a perspectiva descritiva que essas trajetórias permitem. Na história desse ex-motorista, trabalhador fordista que foi pego pela virada dos tempos, temos um percurso ocupacional que seria pouco perceptível se ficássemos presos a proposições gerais (genéricas?) sobre a “exclusão social”. É certo que tratar do trabalho supõe discutir as questões em

pauta atualmente: o encolhimento dos empregos e o desemprego, a desmontagem das regulações do trabalho e os percursos do trabalho precário, o trabalho incerto e o estreitamento dos horizontes de futuro. Porém, o que importa é colocar em evidências as práticas e suas mediações e, por essa via, os circuitos e conexões na desigual geometria dos empregos que redefinem as escalas de distâncias e proximidades entre as regiões da cidade. E nisso, tentar apreender a nervura própria do campo social, que não se deixaria ver se nos mantivéssemos presos às binaridades clássicas na análise do trabalho e do urbano: formal-informal, centro-periferia, emprego-moradia, trabalho-família. Entre esses pontos de referência, arma-se um *campo social* feito num jogo multicentrado e multifacetado de práticas, mediações e relações de força que tecem, de formas nem sempre evidentes, os campos de possibilidades e também os bloqueios para o acesso e efetivações de possibilidades de trabalho e condições de vida.

É um outro modo de abordagem do trabalho, geralmente tratado seja no terreno da economia, das inflexões no mercado de trabalho e mudanças nas formas de organização de trabalho (o núcleo duro da sociologia do trabalho), seja sob o prisma da cronologia das trajetórias ocupacionais, seja ainda pelo ângulo das referências e experiências que conformam identidades e identificações coletivas. Impossível fazer economia dos processos estruturadores do social. Também impossível desconsiderar as sequências cronológicas dos trajetos ocupacionais. Tampouco poderíamos passar por cima da polêmica questão das dimensões estruturadoras do trabalho na conformação de identidades, formas de vida e projetos sociais. No entanto, vista pelo ângulo dos espaços e seus territórios, essa conjugação entre estruturas, tempos e subjetividades arma um campo social que não cabe em linearidades simples.

Se é verdade que o cenário urbano vem sendo alterado sob o impacto de deslocamentos urbanos e recomposições societárias nas condições de trabalho precário e desemprego prolongado, esses processos operam em situações de tempo e espaço. Processos situados, portanto. E agenciados por meio de uma série multifacetada de mediações e conexões de natureza e extensão variadas. Por isso mesmo, só podem ser bem compreendidos nessas constelações situadas. Se são as cenas descritivas que nos permitem flagrar o traçado de práticas, mediações e mediadores, são os seus personagens que oferecem os fios que precisamos seguir.⁹ É nas linhas traçadas por esses personagens que é possível apreender

⁹ A inspiração aqui vem de Deleuze e Guatarri (1992: 91), sem a pretensão de fazer jus a tudo o que os autores sugerem ao falar dos personagens sociais: “Simmel e Goffman levaram muito longe o estudo destes tipos que parecem frequentemente instáveis, nos enclaves ou nas margens de uma sociedade: o estrangeiro, o excluído, o migrante, o passante, o autóctone e aquele que retorna a seu país. Não é por gosto de anedota. [...] Parece-nos que o campo social comporta estruturas e funções, mas nem por isso nos informa diretamente sobre certos movimentos que afetam o Socius. Os campos sociais são nós inextricáveis, em que os três movimentos (territorialização, desterritorialização e reterritorialização) se misturam; é necessário pois para desmisturá-los diagnosticar verdadeiros tipos ou personagens. O



as práticas urbanas e os vetores policentrados em torno dos quais esse mundo social vai sendo desenhado. Eles nos oferecem os fios e trilhas que precisamos perseguir para apreender as conexões que tecem os mundos sociais e, a partir daí, chegar não a conclusões fechadas, mas a perguntas e novas questões que abram perspectivas sintonizadas com os possíveis inscritos na realidade dos fatos e circunstâncias.

Modulações: os fluxos urbanos entre espaços, territórios e cidade

Trabalho, moradia, cidade: trama de relações e mediações que ganham configurações diferentes conforme as regiões da cidade. Não se trata de diferenças internas à geografia física da cidade e seus espaços. Tempos, história e condição dos assentamentos nos vários pontos da cidade são uma questão certamente importante, e disso vai depender grandemente a maior ou menor densidade, enraizamento e extensão das redes sociais que estruturam o mundo popular. As diferenças são sobretudo construídas pelas desigualdades das malhas de conexões e acessos que articulam esses pontos com a cidade, e é isso que vai definir as diferentes escalas de proximidade e distância: medidas sociais, não-físicas ou geográficas. Acessos desiguais e diferenciados aos serviços sociais, aos equipamentos de consumo, aos centros e subcentros da cidade. E, claro, acessos desiguais e diferenciados aos polos de emprego. Em uma palavra, é da segregação urbana que se trata.

Assim, para falar apenas das regiões em que nossa pesquisa foi realizada: no lado sul da cidade, o Distrito do Jardim São Luís se estende por trás da ponta sul do eixo urbano dos espaços globalizados da cidade de São Paulo. Um hipermercado (Carrefour) e um majestoso Centro Empresarial, um dos ícones da “cidade global”, marcam limites e limiares entre os dois mundos. O Distrito do Jardim São Luís começou a crescer, se expandir e se espalhar a partir dos anos 70, acompanhando os fluxos dos empregos industriais. É um cenário que traduz muito da história da chamada “urbanização periférica”, acompanhada pelos movimentos populares que foram conseguindo, no correr dos anos, as melhorias urbanas. É

comerciante compra um território, mas desterritorializa os produtos em mercadorias, e se reterritorializa sobre circuitos comerciais. No capitalismo, o capital e a propriedade se desterritorializam, cessam de ser fundiários e se reterritorializam sobre os meios de produção, ao passo que o trabalho, por sua vez, se torna trabalho abstrato reterritorializado no salário: é por isso que Marx não fala somente do capital, do trabalho, mas sente necessidade de traçar verdadeiros tipos psicossociais, antipáticos e simpáticos, O capitalista, O proletário [...] Não é sempre fácil escolher os bons tipos num momento dado, numa sociedade dada: assim o escravo liberto como tipo de desterritorialização no império chinês Tchu, figura do Excluído, do qual o sinólogo Tokei fez o retrato detalhado. Acreditamos que os tipos psicossociais têm precisamente esse sentido: nas circunstâncias mas insignificantes ou mais importantes, tornar perceptíveis as formações de territórios, os vetores de desterritorialização, o processo de reterritorialização”.



um cenário em que transcorrem histórias e trajetórias da geração que chegou em São Paulo nos tempos de oferta abundante de emprego e maiores chances de vida – as referências a isso são constantes: as grandes fábricas de Santo Amaro (Caterpillar, Metal Leve, MWM) fazem parte da memória local e pontuam muitas das biografias. “Bons empregos”, aquisição da casa própria (muitas vezes em loteamentos clandestinos) e melhorias urbanas (via movimentos populares) compõem uma história comum, e também as histórias individuais e familiares. Mas essas histórias agora se misturam com todas as outras que acompanharam e vêm acompanhando a chegada das novas levas de moradores desde meados dos anos 80, mais intensamente e mais aceleradamente a partir dos 90. Hoje, a paisagem é a de um incrível empilhamento de casas e construções precárias, e o distrito se transformou num dos maiores pontos de concentração de favelas da cidade de São Paulo. O impacto da reconversão econômica é nítido nessa região, que foi o principal pólo de concentração das indústrias fordistas da cidade. As grandes plantas industriais desapareceram. E os pontos de referência se deslocaram para o lado da modernidade neoliberal e financeira da cidade, que vai pontilhando os limiares da região. De um lado, os *shopping centers*, que, no correr dos anos 90, partindo do lado mais rico da cidade, foram se espalhando na direção sul. É um amplo arco de centros de consumo frequentados por gente que sai dos bairros da periferia sul da cidade. E do outro lado, direção oeste, as vias de acesso levam ao centro da riqueza globalizada. É por lá que estão os excludentes empregos “modernos”. É tudo relativamente próximo e de acesso também relativamente rápido, apesar dos transtornos do trânsito e da péssima qualidade dos transportes. Para ir direto ao ponto: é por aí que pulsa toda a complicação dos tempos. Não por acaso, foi dessa região que saíram os Racionais MC’s, um dos importantes grupos de *rap* da cidade, ao menos o que ganhou maior projeção e influência entre a garotada pobre e negra da cidade. Nessa região, os fluxos da pobreza e da riqueza se tangenciam o tempo todo, se entrecruzam nos grandes centros de consumo e nessa especial mistura do legal e ilegal, regular e irregular, lícito e ilícito de que são feitos os circuitos dos empregos, que, do polo “moderno-moderníssimo” da economia, vão se ramificando pelas redes de subcontratação e trabalho precário. E também se entrecruzam nas redes do tráfico de drogas, do crime organizado e das mil formas de “comércio ilícito”.

Do outro lado da cidade, no extremo leste, estão as chamadas “zonas de fronteira”,¹⁰ que concentram os piores indicadores de vulnerabilidade social e

¹⁰ Conforme Rolnik (2000), “O termo fronteiras é utilizado não somente porque os territórios assim definidos localizam-se junto à divisa do Município de São Paulo com os municípios de Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos e Mauá, mas também por serem frentes de crescimento populacional e urbano registrados nas altas taxas da década de 1980 e da primeira metade da década de 1990. [...] De uma maneira geral, os territórios das fronteiras circunscrevem aproximadamente as áreas dos distritos de Jardim Helena, Itaim Paulista, Vila Curuça, Lajeado, Guaianazes, José Bonifácio, Cidade Tiradentes, Iguatemi e São Rafael. São distritos que estão entre os mais excluídos da cidade apresentando alta

“exclusão territorial”.¹¹ É uma região que cresceu no correr dos anos 80, uma verdadeira explosão demográfica em grande parte induzida pelos programas habitacionais do governo (municipal e estadual). Diferente da região sul, em que os assentamentos foram se processando na lógica privada do mercado, a presença do Estado aqui é inegável. Os grandes conjuntos habitacionais estão lá como evidência inescapável, mas também como evidência de precariedade e formas de segregação igualmente induzidas pelo próprio Estado. São programas habitacionais desconectados de políticas urbanas. Nas frestas abertas pelos investimentos públicos, foram-se instalando ocupações e favelas e, no entorno, foram-se espalhando os loteamentos clandestinos e mais um outro tanto de áreas de ocupação.¹² Aqui, os grandes equipamentos de consumo não chegam a constituir uma referência das práticas cotidianas e ainda predominam as redes locais de supermercado de porte médio.¹³ Nessa região distante e precária, é a presença/ausência do Estado que circunscreve polos de referência e campos de força que demarcam tempos e espaços. A começar da paisagem urbana, este amplo espaço dominado pelos

concentração de população com baixa renda, pouca oferta de hospitais, unidades básicas de saúde, creches, empregos, equipamentos e espaços públicos de lazer”.

¹¹ Conforme Rolnik *et al.* (1999), a exclusão territorial é definida pela “privação de direitos sociais e aspectos materiais – necessidades básicas, e também ausência de acesso à segurança, justiça, cidadania e representação política”). Em geral, os “territórios excluídos constituíram-se à revelia da presença do Estado – ou de qualquer esfera pública – e portanto desenvolvem-se sem qualquer controle ou assistência. Serviços públicos, quando existentes, são mais precários do que em outras partes da cidade”.

¹² “Na década de 1980, Cidade Tiradentes e José Bonifácio, localizados no extremo da Zona Leste, “tiveram os maiores crescimentos populacionais dentre os 96 distritos administrativos do município. Cidade Tiradentes teve o maior incremento. Sua população saltou de 8.603 habitantes em 1980 para 96.281 em 1991 a uma taxa de crescimento anual um pouco maior do que 100% (101,92%). A cada ano da década de 1980, Cidade Tiradentes dobrava a sua população”. Trata-se de construções com “uma organização espacial fragmentada em função do seu processo de implantação em fases e do relevo acidentado que caracteriza os extremos da Zona Leste. ... essa fragmentação produz uma série de espaços vazios entre as áreas do conjunto que foi rapidamente ocupada por favelas e loteamentos clandestinos” (Rolnik, 2000).

¹³ Como mostra Raquel Rolnik (2000: 55), no correr dos anos 1990, a zona leste aparece como frente de investimentos privados, articulando capital comercial-financeiro em operação associada com o capital imobiliário: “a ação governamental se faz presente através dos investimentos públicos em infraestruturas de saneamento, transporte, drenagem, energia, iluminação, implantação de vias, pavimentação, etc. [...] que criam condições para acolher os investimentos privados”. Mas é um desenvolvimento limitado à lógica mercadológica voltada para os grandes negócios – “trata-se de aproveitar uma oportunidade lucrativa construída pela conjugação de fatores físico-espaciais, econômicos e urbanísticos, com ausência de uma política urbana [...] Porém, nada disso supera a permanência da precariedade nas áreas de fronteira: “esta justaposição da precariedade e dinamismo presente na zona leste reforça o padrão atual de segregação social”.

assentamentos irregulares é pontilhado por grandes, e alguns imensos, conjuntos habitacionais da CDHU que brotam da terra aqui e ali, demarcando o tempo social (e político) nos espaços urbanos e seus traçados, e nos quais se pode sentir a pulsação de um território feito dessa especial conjugação entre intervenção pública, precariedade urbana e toda a malha das irregularidades, quando não ilegalismos, que se espalham pela região. Nos seus pedaços mais precários, a presença do Estado é evocada o tempo todo exatamente pela sua ausência, pelas dificuldades de acionar os órgãos públicos responsáveis pelas melhorias urbanas que nunca chegam, ou chegam com atraso, ou chegam ainda de modo descompassado. Cenários que atualizam os idos dos anos 70 (tão presentes nas histórias de nossos personagens da região sul), porém em um tempo/espaço no qual as figuras do “progresso” urbano não têm mais lugar. Os chamados “programas de emprego e renda” da Prefeitura de São Paulo estão lá para demarcar no espaço que os tempos já são outros, que o urbano e o trabalho já não podem mais ser conjugados no mesmo andamento, que “O Estado e o Urbano”, para lembrar o artigo comentado no capítulo anterior, articulam-se agora em um outro diagrama de relações, não mais as regulações públicas que conformavam e articulavam mercado, espaços nacionais e a cidade, mas as formas de gestão do social e da pobreza: em um momento no qual as dimensões universalistas da cidade foram cortadas para serem, a rigor, desfiguradas nos circuitos do “mercado global” e do falso brilhante do cosmopolitismo mercantilizado dos novos serviços e espaços de consumo, o urbano parece mesmo se enrodilhar e se encapsular nas figuras da “comunidade” – ao invés da cidadania urbana (negada ou conquistada ou reivindicada), os “públicos-alvos” conformados por aqueles que parecem não ter outra existência fora das circunstâncias que os determinam nas suas “carências”.

Neste pedaço da cidade, a distância é um problema sério. As dificuldades dos deslocamentos intra-urbanos são consideráveis, apesar da abertura e expansão de uma linha do metrô, da renovação de uma linha de trem, da ampliação e melhoramentos das vias públicas. O acesso aos polos de emprego nas regiões mais centrais da cidade continua difícil e penoso, e mesmo entre as regiões contíguas as conexões são difíceis e demoradas pelas vias indiretas ou então inexistentes das linhas de transportes. Para os que foram pegos pela virada da sorte nesses anos, perderam emprego e moradia em outras paragens, e chegaram em busca de alternativas mais baratas, o isolamento pode ser dilacerante – “aqui é como um exílio”, disse uma de nossas entrevistadas.

A distância não é uma métrica simples entre pontos e localidades distintos no espaço. Circunscreve campos de tensão e problemas que têm sentidos e modulações diferentes conforme os tempos de assentamento das famílias, suas redes sociais, recursos e possibilidades construídos em seus percursos de vida. A distância tampouco é um espaço vazio, é algo que vai se especificando nas dobras do mundo social, nos pontos de junção entre espaços e que são demarcados por todas as complicações dos meios de transporte e circulação pela cidade.

Histórias de um perueiro

Se, como diz Bernard Lepetit (2001: 76), na cidade “o único problema é o da utilização de suas possibilidades”, então é importante compreender os modos de articulação entre formas e usos da cidade. Assim é a história de um ex-metalúrgico que virou um próspero perueiro na região. Transitando nas dobras do mundo fordista e das realidades urbanas em mutação, seus percursos tornam perceptível a formação de territórios. São práticas que informam sobre os movimentos que afetam o mundo social. E tornam perceptíveis os fios que fazem a trama de campos sociais, que, neste caso, irão como que se densificar na configuração de um campo de gravitação em torno do qual ganha forma uma das mais explosivas dimensões da vida urbana na zona leste da cidade, envolvendo usuários, empresas de transportes, poderes públicos e esse novo e poderoso personagem urbano que são os “perueiros”, legais ou clandestinos.

Francisco, 36 anos (em 2001), trabalhava numa grande indústria metalúrgica desde 1984. Era um operário qualificado, ajustador e ferramenteiro com formação profissional. Em 1993, a fábrica fechou as portas para se instalar no interior de São Paulo. E foi então que Francisco se lançou como perueiro e teve sucesso nesse seu empreendimento. Na verdade, ele começou a “lotar” em 1984, logo que entrou na metalúrgica. O problema de transporte sempre foi grave na região, e foi nessas carências da vida urbana que Francisco foi construindo seus campos de possibilidade. Na época, os lotações eram raros e, como ele diz, “o pessoal daqui não tinha transportes, não tinha ônibus, não tinha asfalto, não tinha nada, era só terra”. Comprou uma perua e complementava o salário com o transporte dos colegas de trabalho no início e no final da jornada. E nisso foi incentivado por sua ativíssima e muito pragmática esposa.

O casal mora entre Guaianazes e Cidade Tiradentes, em um bairro que apresenta um dos piores índices sociais da cidade de São Paulo. Não por acaso, foi lá mesmo que a Prefeitura resolveu dar início (2001) a seus programas de “geração de emprego e renda”. Porém, o casal navegava, então, com os ventos da boa sorte: bom salário, carreira profissional promissora, casa própria, alguma poupança doméstica amealhada com muita hora-extra e jornadas suplementares nos fins de semana. Mas a distância era um problema. Os agenciamentos domésticos eram complicados – tudo longe, tudo difícil: centros de compras, hospital, centros de saúde, creche. Quando ainda trabalhava, Lindalva, a esposa, fazia um percurso para ela também penoso. Era vendedora no centro da cidade, no Brás, e depois um pouco mais ao norte da cidade. Tomava o trem que fazia a ligação do extremo leste ao centro da cidade: desgaste do tempo de percurso e também do empurra-empurra dos trens sempre superlotados – “eu preferia estar madrugando do que pegar aquele inferno de trem esmagando as pessoas”. Depois, quando largou o trabalho para cuidar dos filhos pequenos, ficava em casa e, então, observava: como ela, todos os moradores da região dependiam do comércio e serviços que só existiam no centro de Guaianazes: mercados, correios, banco, comércio. Nessa

época, “ir para o centro” queria dizer ir até a estação de trem em torno da qual esse comércio cresceu. Acontece que não havia nenhuma linha de ônibus direta do bairro que cobrisse o percurso. E foi então que surgiu a ideia. Compraram uma perua e começaram a “lotar”. Foi uma iniciativa e um empreendimento domésticos. Cobriam o trajeto do bairro até Guaianazes. E Francisco, por sua vez, transportava os colegas da empresa – “era quando o pessoal saía do trabalho, eu ficava com a perua, saía de madrugada, dava duas ou três viagens; à tarde eu continuava trabalhando. Naquela época eram poucas as peruas – aqui, só tinha eu e mais um cara que também trabalhava lá”.

Em 1993, a fábrica fechou as portas, vieram as demissões. E foi então que Francisco se lançou e se firmou como perueiro. E isso terminou por projetá-lo no olho do furacão dos acirrados conflitos que, hoje, opõem proprietários de linhas de ônibus, usuários, poderes municipais e, claro, os próprios perueiros, também eles, em instáveis relações de aliança e conflito entre clandestinos e legalizados. Não há como não ver nisso tudo as formas como circunstâncias e meios foram se conjugando para a erosão, em ato, ao vivo, das regulações públicas que até então davam a pauta e o tom das reivindicações em torno do universal direito de ir e vir. Sinais de um fundo deslocamento dos conflitos urbanos. Antes, juntamente com outras tantas demandas, os transportes públicos compunham uma pauta de reivindicações com inegável dimensão universalizante – poderíamos mesmo dizer que o “universal direito à cidade” era a linha de intensidade que atravessava os então “novos movimentos sociais urbanos” cantados em prosa e verso nos debates dos anos 80.

Nessa virada dos tempos em que a política deslizou e se desfigurou nos termos da “governança urbana”, os conflitos urbanos parecem enrodilhados numa quase impossível gestão desse emaranhado de relações, interesses e forças em oposição, tudo isso no cenário explosivo de uma cidade ingovernável. Francisco é um perueiro bem-sucedido: com suas três ou quatro peruas, que cobrem percursos rendosos, sua história (ou a história que ele conta) mal deixa ver o outro lado, nada edificante, de uma história que é também feita (ou sobretudo feita) de uma disputa feroz, por vezes mortal, nas tramas das relações mafiosas que controlam o hoje expansivo negócio do dito transporte alternativo.

Assim, um outro lado dessa história, contada por uma perueira não tão bem-sucedida, na verdade, uma perueira proletária: trabalha como motorista ou cobradora, e também como fiscal nos pontos das peruas. Celeste, 28 anos, mora com seu marido e filhos em uma casa alugada, incrustada no meio da imensidão dos conjuntos habitacionais de Cidade Tiradentes. Mora lá desde pequena e, desde pequena, acompanhou as aventuras dos perueiros que então começavam a se fazer presentes na região, ainda em meados dos anos 80. Celeste sempre “lotou”, desde os 14 anos – por gosto e paixão, diz ela. Desde cedo, quando ainda era garota, fez amizades e conhecimentos com gente da região. E foi assim que começou a acompanhar os perueiros quando ainda tinha 10 anos. Depois, começou a trabalhar para eles – “então, a gente sempre teve essa amizade;



quando faltava um perueiro ou quando precisava de uma ajuda, eles ligavam e diziam – ‘dá pra você fazer uma viagem para mim? Dá para você cobrar pra mim’; sempre foi assim, então a gente não é fixo, é como se fosse um quebra-galho... ou para cobrir aquele perueiro que não veio ou aquele que não estava dando nada. Entendeu? É assim...”.

Celeste conta muitas histórias dos perueiros da região. Viu surgirem as primeiras peruas e acompanhou todos os lances de uma história cheia de conflitos com os poderes públicos, com as empresas de ônibus, e também entre eles próprios. Ela conta que, na época, só havia três linhas de ônibus para cobrir uma região vasta, mais do que vasta. Surgiu a primeira perua: “foi um senhor que fundou a lotação... ele comprou a primeira perua, daí foi chamando um outro e mais um outro que tinha perua, foram entrando, entrando, então foi se juntando o grupo, e o grupo se tornou o dono do ponto... Depois, se alguém quisesse entrar, tinha que pagar para comprar a vaga, para poder rodar. É assim, tem que pagar para poder trabalhar”. O sistema funciona bem, diz Celeste, “mas existe uma máfia”. É assim que ela descreve as coisas: “o dono da linha é o chefe; o fiscal é o filho; o fiscal também; o outro filho tem perua, o sobrinho também... então é uma máfia. Entendeu?”.

Ao longo dos anos, a geografia do poder foi se alterando. O chefe morreu, foi morto há alguns anos: “mataram ele por causa da linha... queriam ficar com a linha, tomaram a linha dele. Entendeu?”. Entendemos. Apesar de ser difícil saber (mas podemos imaginar) como se dão as disputas pelo “ponto” e o jogo de forças das relações mafiosas, que, também sabemos ou podemos imaginar, não são apenas locais, estendem-se por toda a região. Celeste também descreve em detalhes como a coisa funciona. E é dos clandestinos que ela fala, gente que sabe muito bem burlar a fiscalização e se organiza um bocado para isso: “eles se comunicam por rádio e têm os repórteres-motoqueiros [*sic*] que saem com os rádios, vão atrás das viaturas [de polícia] e vão avisando – ‘olha, a viatura está em tal lugar, está entrando em tal avenida, e então todo mundo some’”. Os “motoqueiros-repórteres” se espalham pelas avenidas e instalam seus postos de observação nos principais pontos de circulação.

Celeste defende com convicção o direito de lotar, fala mal dos motoristas de ônibus, elogia o serviço dos perueiros e não poupa críticas à Prefeitura, que “quer tirar o ganha-pão” do pessoal que vive das peruas. Comenta que os perueiros são muito unidos e muito organizados. Não hesitam em quebrar os ônibus e interditar as avenidas quando se percebem lesados ou ameaçados: “são unidos mesmo e eles vão quebrar, não perdoam não, porque eles falam assim: se podem apreender nosso carro e deixar a gente sem o ganha-pão pra sustentar nossos filhos, eles podem também ficar sem carro... então eles quebram, tacam fogo em ônibus, dão pedrada, quem estiver dentro leva tudo pedrada. E esse é o perigo”. Podem ser também bastante solidários entre si, tampouco hesitam na ofensiva de iniciativas quando o assunto é defender o seu direito a circular pelas avenidas da cidade. Assim foi no caso de um acidente no trânsito: uma perua que se chocou com um



caminhão. Morreram cinco. Acontece, explica Celeste, que a tragédia ocorreu em um cruzamento perigoso, em uma das principais avenidas que cortam a região – “há muito tempo estávamos pedindo pra colocar sinalização”. Aconteceu o desastre: “nós, os perueiros, ajudamos quem estava machucado, pagamos o enterro das pessoas que não tinham condições. E, depois que acabou o enterro, nós fomos pra avenida, interditamos o trânsito, colocamos uma fileira de pneus no meio da rua misturados com pau, madeira e tudo, e tocamos fogo pra chamar atenção, pra ver se eles colocavam a sinalização. Até hoje não tem essa sinalização. Entendeu? Lá não tem sinalização nenhuma, não tem faixa pra pedestre... é um retão, quem pega aquilo ali puxa 120 a 140 km/hora. Entendeu?”.

Os perueiros estão em todos os lugares. Também nas periferias da zona sul da cidade. O comentário frequente nos rumores ventilados pelas regiões da cidade, que a mídia vez por outra também trata de divulgar, é que as relações com as redes do tráfico de drogas são mais do que episódicas, que os interesses e circunstâncias se cruzam e entrecruzam em nós inextrincáveis, tudo misturado nessa linha de sombra que atravessa os circuitos do mundo social. É verdade que, depois (2002-2003), a Prefeitura marcou alguns tentos nesse jogo complicado: negociou com empresas de transportes e perueiros a partilha das linhas principais e secundárias que servem a cidade e avançou na regulamentação do transporte alternativo. Os perueiros “legais” ganharam espaço (algum espaço, ao menos) em relação aos clandestinos. Mas a imprensa tem noticiado: o jeito encontrado para ficar em dia com a lei tem sido, frequentemente, a formação de cooperativas de trabalhadores. Nesse caso, os perueiros ficaram em fase e em compasso com a modernidade neoliberal: as cooperativas, várias delas, mal escondem a prática conhecida de fraude trabalhista, e os valores que deveriam ser partilhados cooperativamente desaparecem por vias que ninguém sabe quais são, viram fumaça...

Histórias de um motoqueiro

As histórias também circulam pelo Distrito do Jardim São Luís. Aqui, no entanto, mais do que os perueiros, são os *motoboys* que podem ser tomados como personagens urbanos que esclarecem um tanto dos fios intrincados que constituem e atravessam os territórios urbanos. Se os perueiros encenam a conjugação de circunstâncias que fazem da distância um problema e um nó inextrincável de relações tramadas nesse jogo de luz e sombra em tempos de erosão das (desde sempre) frágeis regulações públicas da cidade, os motoqueiros, aqui nesse outro pedaço da cidade, fazem ver os pontos de combustão desse entramado de relações urdido nas “ligações perigosas” desses fluxos de riqueza e de pobreza que se tangenciam e se entrecruzam o tempo todo.

É possível encontrá-los em bandos circulando pelas ruas e avenidas que cortam a região. E é frequente encontrá-los limpando e lustrando suas máquinas nas portas de suas casas. Trabalham para as inúmeras empresas de serviços terceirizados que atendem os luminosos circuitos da riqueza globalizada. Ou sim-



plesmente navegam nas ondas dos serviços terceirizados que vão se espalhando por todos os lados. “Quem tem moto está com a faca e o queijo na mão”, disse um de nossos entrevistados, ao comentar as dificuldades do emprego. Com a moto, vai-se virando como pode, nem que seja para fazer um bico ou outro como entregador de pizza. E, tendo uma moto, são maiores as chances (chances?) de ser chamado por alguma agência de emprego ou de serviços terceirizados para cobrir a demanda das empresas que circundam a região – “tenho um monte de colegas que se viram, alguns têm moto, os que não têm fica mais difícil, é mais fácil com a moto”. A moto opera também como “objeto de desejo” para muitos desses jovens. São capazes de “fazer qualquer coisa” para adquirir uma, nem que seja pelas vias certas ou tortas do endividamento. Até arriscar um emprego “seguro” para tentar a “sorte” (e o azar) em nome dessa espécie de ícone moderno que junta sonhos de consumo, símbolos de distinção (e marca de virilidade, talvez) e esperanças de emprego:

Aí eu tinha um pensamento. Era época que começou *motoboy* pra lá, *motoboy* pra cá, e eu sempre gostei de moto, aí eu comecei pôr na minha cabeça que eu tinha que trabalhar de *motoboy*. E o que aconteceu? [...] eu queria ser *motoboy*, eu queria comprar uma moto, e foi a época que o meu cunhado tinha acabado de comprar uma moto, então de vez em quando eu andava de moto, então meu sonho era moto.

[...] eu sempre gostei de andar de moto [...] e a gente escutava falar... eu tinha amigos que ‘tava começando de *motoboy* “ah, eu ganho vinte reais a cada hora”, então, se eu faço dez horas num dia, eu ganho quatrocentos reais”. [...] Quando começou a febre porque tinha pouco e ganhava-se bem, né; então, como eu gostava de andar de moto e era uma chance de ganhar bem, associei uma coisa a outra e coloquei aquilo na cabeça: “não, eu quero ganhar bem e eu quero andar de moto”. Aí não deu certo [...].

“Aí não deu certo”: Mariano (24 anos, em 2001) queria porque queria uma moto e trabalhar como motoqueiro. Largou o emprego que tinha (de *office-boy*, com carteira de trabalho assinada, em uma metalúrgica em Santo Amaro). Mas era véspera de Natal e, a essas alturas, já tinha pulverizado suas poucas economias com compras e mais compras nos centros de consumo da região. Não sobrara nada para a moto – “saí desse emprego, fiquei sem moto, fiquei sem nada”. Há outras histórias, muitas delas longe de conter esse tom de leveza e graça com que Mariano fala de seus frustrados “sonhos de grandeza”.

Assim é a história de Arnaldo (22 anos, em 2001), filho de um ex-metalúrgico, que, nos agitados anos da década de 1980, esteve na linha de frente das mobilizações operárias do período. Arnaldo bem que tentou seguir o exemplo do pai e conseguir um emprego industrial. Porém, os tempos já são outros e, de demissão em demissão, só lhe resta mesmo a moto como alternativa para os bicos que encontra pelo caminho. Além do mais, é apaixonado por motos, seu assunto preferido,



e é sempre possível encontrá-lo nas imediações de sua casa junto com os amigos, todos motoqueiros, lustrando as máquinas e se preparando para saírem juntos, em bando, para alguma “balada” na região. Houve um tempo em que Arnaldo acreditava que a moto haveria de lhe abrir as portas do mercado de trabalho. Não deu muito certo. Em 1998, começou a trabalhar de *motoboy* na ContaFácil, empresa terceirizada que presta serviços para a Sabesp: enviar aviso de atraso de pagamento nas contas de água – “você vai na casa da pessoa, a pessoa tem três contas atrasadas e você vai lá entregar o aviso de corte; a pessoa tem uma semana para pagar, se não pagar, vai outra pessoa lá, fecha o registro e lacra o registro”. Ficou apenas um ano e saiu em 1999. Saiu porque era muito perigoso, além de não ter carteira assinada, tampouco oferecer alternativas promissoras. A descrição de Arnaldo é precisa: sem registrar em carteira, a empresa exige que o funcionário tenha sua própria moto. O máximo que garantem é um convênio com uma oficina de peças – “[...] se a moto quebra, vai lá, pega a peça e paga no outro mês [...] não tem registro em carteira e, se tem acidente, aí você fica ferrado”.

Além do risco de acidentes de trânsito, o perigo maior está na própria natureza do serviço. Tinha que circular nas regiões onde as pessoas não pagam contas de água, ou seja: no fundo mais pobre da periferia da cidade. E não poucas vezes, nesse percurso, o motoqueiro voltava a pé, sem a moto: “era muito perigoso... trabalhava com moto, ia em muita periferia... tem um vizinho que trabalha lá, já roubaram a moto dele [...] tenho dois colegas que trabalhavam lá, os dois já perderam moto... é mais periferia, favela, pro lado do Capão, tudo área perigosa. Parque Santo Antônio, Jangadeiro, Capão, Jacira... o pior lugar era o Jacira... esse colega meu roubaram a moto lá no Jacira”. Perspectivas de futuro? Nenhuma, diz Arnaldo e diz com firmeza: é trabalho para os que já não conseguem mesmo outra coisa na vida: “a maioria é cara que já teve passagem na polícia, não consegue outro emprego e daí tem que apelar para isso aí. É cara que já foi preso... não dá futuro, não dá nada, acho que não”.

O trajeto de um motoqueiro é mais do que eloquente para se pensar o modo como a experiência do trabalho abre-se ou desenrola-se nas múltiplas facetas da experiência urbana. É como se esse trajeto também percorresse a linha de intensidade que atravessa os vários mundos sociais que se sobrepõem e compõem a realidade urbana: a empresa pública de saneamento urbano, as novas formas de gestão e as práticas da terceirização, os insolváveis em tempos de “verdade tarifária” imposta pela lógica triunfante do mercado, a pobreza da periferia, e mais a legião dos que foram pegos pela “maldição do destino” e não mais conseguem emprego em canto nenhum, tudo isso misturado com as energias mobilizadas por esse objeto do desejo que são as motos, e que vão também constelando referências importantes na sociabilidade cotidiana dos jovens nessa região.

As histórias que circulam são também muito confusas, tão confusas que parecem dar plausibilidade aos rumores e suspeitas de que as empresas de *motoboy*s, assim como os perueiros, são hoje “frente de investimento” do dinheiro sujo. E, ao que parece, essas empresas estão se proliferando nessa região situada nas franjas

das “cidade global”. A história de Fernanda, 20 anos (em 2001), diz alguma coisa disso. Seu irmão tentou se lançar em uma empresa de *motoboys*. Não foi bem-sucedido e, em pouco tempo, estava enterrado em dívidas. Porém, a garota ajudava o irmão e “ganhou experiência”, como se diz. Depois, a sorte do destino a levou para um escritório imobiliário no Centro Empresarial, que fica ali, na fronteira do Jardim São Luís, portal da “cidade global”. Era secretária e sua tarefa era lidar com as empresas de *motoboy*. Saiu-se tão bem que foi chamada por um *motoboy* bem-sucedido, que queria montar uma empresa própria em Itapecerica da Serra, município da Grande São Paulo contíguo à periferia sul da cidade e não muito distante da região em que tudo isso estava então acontecendo. O rapaz trabalhava então numa empresa que “era bem falada, eu conhecia a maioria dos funcionários, eles iam direto falar comigo... aí eu falei ‘tudo bem’”. Daí para frente é uma sucessão de promessas não cumpridas, pagamentos não efetuados, cobranças de dívidas atrasadas, enquanto o dinheiro sumia por meandros inexplicados (inexplicáveis, talvez). É uma história muito confusa. Fernanda conta que os planos não eram modestos: montar a parte operacional em São Paulo, com *motoboys*, perua e ônibus. E, em Itapecerica, o plano era montar pacotes turísticos para as escolas. O rapaz falava em promover excursões até Barretos, no interior de São Paulo. Fernanda logo se põe a campo e pede para o irmão providenciar o material gráfico necessário para a divulgação – cartazes, cartões de visita, envelopes com logotipo. Nesse meio tempo, a família toda de Fernanda já estava envolvida nesse negócio. A mãe foi chamada para fazer a faxina do escritório, a irmã foi contratada como secretária e havia ainda uma amiga do bairro que ajudava nos serviços internos. Ninguém recebeu pagamento. Os motoqueiros, mais de vinte, tampouco. E passaram a se recusar a trabalhar enquanto o pagamento não fosse efetuado – “ele nem aparecia na firma com medo dos *motoboys*”.

Reatando pontos e linhas: os elos perdidos da política

Fernanda é uma garota com secundário completo e muito empreendedora. Tem uma família muito articulada, mora em um bairro com uma super-densa malha de relações sociais, tudo também muito organizado, muito ativo, muito solidário. Em uma palavra: é uma garota portadora de um vasto capital social, para usar aqui uma expressão corrente no jargão sociológico. Afinal, foi assim que conseguiu o emprego que poucos conseguem, no Centro Empresarial de São Paulo. Apesar da pouca idade, a trajetória ocupacional de Fernanda é notável, uma sucessão razoável de empregos, todos eles obtidos através da trama de relações por onde circulam informações e as “boas recomendações”. Mas é uma trajetória também notável pela instabilidade e vulnerabilidade, sempre nas fronteiras entre o mercado formal e informal – arbitrariedades várias, demissões sucessivas, salários atrasados, direitos desrespeitados. Bem, nada a estranhar,

afinal redes e capital social não deixam de repor as circunstâncias de circuitos empobrecidos de uma região igualmente empobrecida e que acionam empregos precários de um mercado de trabalho, com o perdão da tautologia, precarizado. A empreendedora Fernanda bem que chegou perto de escapar das tramas da precariedade quando, mobilizando seu capital social, teve acesso a um dos ícones da modernidade globalizada e conseguiu o promissor emprego no Centro Empresarial. Porém, foi esse mesmo capital social que o rapaz da empresa de *motoboy*s tratou de mobilizar para o seu fraudulento negócio. Em pouco tempo, a única coisa que esse capital social acumulado lhe rendeu foram muitas dívidas (contas de telefone e água atrasadas em razão de um salário que nunca foi pago), compromissos não respeitados (o irmão empenhou o próprio nome para conseguir a impressão dos cartazes), além de muitos sustos, o pior deles quando apareceu no escritório um “cliente” encolerizado para cobrar a “sua parte”, de arma na mão, impropérios na boca e ameaça de barbarizar o local. Porém, o moço das motos a essas alturas já tinha se evaporado com os dividendos expropriados do capital social alheio, e ninguém sabia por onde andava.

A empreendedora Fernanda é vizinha do jovem motoqueiro em um bairro que poderia constar do rol dos casos exemplares de capital social e redes sociais atuantes. E tudo pode parecer muito edificante, se o parâmetro for a “comunidade”, a “cidadania local” e o “empreendedorismo social” – tudo isso está lá. No entanto, como diz Bruno Latour (2000), se o assunto são as redes, é preciso ver que as redes “são mais ou menos longas, mais ou menos conectadas”. E também envolvem “boas conexões” e “más conexões”. Quer dizer: o problema todo está em saber e compreender o modo como os vínculos e conexões operam, já que, sempre situados, se fazem na conjugação entre atores, circunstâncias, fatos e artefatos. É aí que se torna perceptível a pulsação do mundo urbano. É isso o que essas histórias permitem perceber. E é por isso que o perueiro, o motoqueiro e a moça empreendedora compõem aqui como personagens urbanos que fazem ver os traçados que constroem os territórios, em suas relações com a cidade e suas dimensões.

Mas isso ainda abre uma outra questão: com exceção talvez do perueiro bem-sucedido, os personagens aqui comentados colocam outras questões. Afinal, onde situar cada um deles? São pobres infelizes da sorte? Excluídos? Se não, faz algum sentido dizer que são então “incluídos”? São personagens que fazem os seus percursos nas tramas do mundo social. E essas categorias (e binaridades) ficam estreitas demais para colocar em perspectiva as questões que essas histórias nos abrem. Os campos de força e toda a complicação dos tempos que correm estão exatamente nos pontos de conexão dessas tramas que fazem a tapeçaria do mundo social.

Esses personagens escapam às categorias habituais que pautam os debates recentes. Não correspondem à figura canônica do trabalhador regular, tampouco à do mercado informal, e muito menos às tipificações correntes dos “pobres” e “excluídos”, público-alvo dos programas ditos de inserção social. No entanto, seus

percurso fazem ver a teia de relações e campos de força que estruturam o mundo social, mas que se esvanecem sob os termos correntes do debate atual.

É aqui também que se aloja o desafio da invenção política, essa mesma que nos tempos atuais foi tragada pelo princípio gestor que trata das “pontas”, do lado vitorioso da boa governança econômica e, do outro lado, a gestão do social. E no meio, quer dizer, em tudo o que importa, não existe o vazio que expressões como a de “exclusão social” podem sugerir, porém os fios que tecem o campo de uma experiência urbana ainda a ser bem entendida. Mas, então, essas trajetórias e os personagens urbanos que nos permitem traçá-las nas cenas e cenários nas quais essas histórias transcorrem também nos dão pistas para pensar os elos perdidos da política na trama social de que é (são) feita(s) a(s) cidade(s).

Riobaldo, que tem a sabedoria dos grandes contadores de história, sabe do que fala quando diz que a vida é um rodado e que o demo está nas ruas. Ele sabe do que fala quando diz que o real não está no começo, nem no final, mas no meio da travessia.

“Digo: o real não está na saída nem na chegada; ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”.

São as veredas que fazem o Grande Sertão

(Grande Sertão: veredas, Guimarães Rosa)